

ÍTEGRA

FH pede corte de gastos a estatais

É a seguinte a íntegra do discurso feito ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião de ministros de Estado e dirigentes de estatais:

Senhores ministros

Senhores presidentes e dirigentes das empresas estatais brasileiras.

Senhoras e Senhores,

Eu queria iniciar essa reunião, dirigir umas poucas palavras a Vossas Senhorias a respeito das razões pelas quais nós os estamos convocando.

Eu acho que é oportuno que aqueles que têm responsabilidades de condução da política econômica na área do setor produtivo estatal, assim como os ministros das áreas pertinentes, participem nesse momento das diretrizes que o governo está imprimindo na nossa política econômica.

Eu acredito que nós estamos numa fase muito promissora no Brasil. Mas numa fase que, por ser promissora, não nos deve enganar quanto às nossas responsabilidades, ao que diz respeito à consolidação da estabilização econômica. Os êxitos alcançados pelo Plano Real, desde o governo Itamar Franco, abriram momentos de grande expectativa e esperança para o Brasil, para o povo brasileiro.

Não vou aqui me referir a dados por todos conhecidos, mas é evidente que o Brasil mudou e mudou para melhor. Aumentou a confiança no seio da população; as expectativas dos investidores aumentaram favoravelmente; nós conseguimos ampliar a participação das camadas mais pobres no consumo; houve uma efetiva distribuição de bem-estar, medida por indicadores muito simples, como, por exemplo, o consumo de alimentos básicos. E, ao mesmo tempo, foi possível, graças a um conjunto de medidas que vêm sendo tomadas ao longo do tempo, fazer com que tudo isso ocorresse mantendo-se a inflação sob controle.

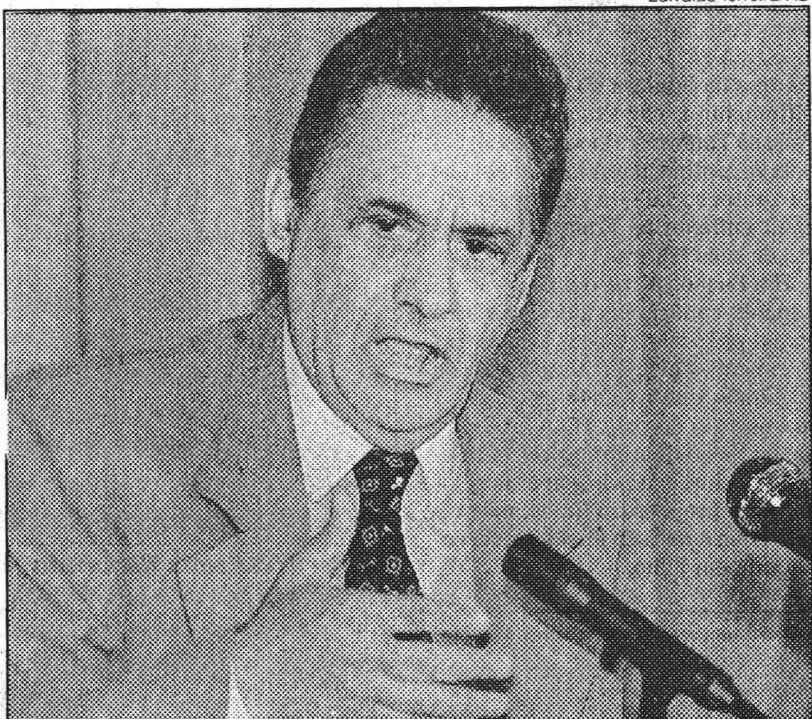
Há muito tempo, muitos anos, o Brasil não experimentava um período tão prolongado de expectativa de inflação baixa. Isso, entretanto, é um começo. O processo inflacionário é um processo insidioso, as possibilidades de redistribuição de renda e a necessidade de fazê-lo também constituem um imperativo e também é um processo longo. E as mudanças estruturais são necessárias para que nós possamos assegurar a continuidade neste programa de estabilização.

Ninguém aqui tem a ilusão de que, porque consegui durante algum tempo manter a inflação sob controle, não é preciso mais tomar medidas para que ela continue sob controle, sobretudo pensando no bem estar da população, o qual se assegura, num primeiro passo, por intermédio do controle da inflação. Que ninguém se iluda a respeito disso.

Nós vivemos no passado conjunturas nas quais se pensava que fosse possível ao mesmo tempo crescer a economia e manter a inflação a taxas elevadas. Era possível, mas enriquecia aqueles que já tinham riqueza e empobrecia os mais pobres. Desde o governo Itamar Franco nós mudamos essa orientação. Nós temos uma orientação decididamente social, e, porque é social, não é demagógica. Tomamos as medidas, mesmo quando sejam aparentemente duras, para garantir a continuidade do processo.

Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Houve uma crise em alguns países na nossa área e alguns mesmo que estão fora da América Latina, indicando que existem problemas a nível da economia internacional, sobretudo no que diz respeito aos processos de financiamento de curto prazo. E nós temos uma posição excepcionalmente favorável no Brasil para, tomando como estamos tomando as medidas pertinentes, ao final da crise, que não nos atingiu de forma direta, senão que apenas indiretamente, nós possamos sair ainda mais fortalecidos, desde que nós atuemos. E o governo vai atuar, como já está atuando.

Não é de bom tom que o presidente de uma república se refira a outras repúblicas, mas os jornais estão mostrando as dificuldades de outros países. Por sorte, as medidas recentemente tomadas pelo governo argentino, que também antecipa-se à crise, foram medidas que permitiram desanuviar o horizonte e que terão as conseqüências positivas, não só para a Argentina como também para o Brasil.



Fernando Henrique: "Temos de nos antecipar às conjunturas"

Mas basta ler os jornais para verificar que os países que não tiveram a coragem de tomar essas medidas no momento adequado e que se iludiram com um controle aparente de todos os fatores que influenciam não só a inflação, mas a condução da política econômica, estão hoje diante de graves crises sociais.

Isso não vai ocorrer no Brasil ao contrário do que os ingênuos, ou mesmo os de má fé, dizem quando na televisão propagam que a política que nós estamos conduzindo é a que vai levar à desorganização política e social, aqueles países que hoje sofrem desses problemas foram precisamente os que não tiveram as condições para enfrentar, a tempo oportuno, os problemas sérios e cruzam os braços diante de uma aparente bonança. O governo brasileiro, nem o do presidente Itamar Franco, nem o meu, jamais cruzou os braços diante de aparente bonança. Nós nunca cantamos loas às vitórias conquistadas, nós sem-

pre continuamos a pregar a necessidade de novas batalhas.

O governo acabou de superar uma dificuldade de um ataque especulativo à moeda, no Real. O país inteiro assistiu que, mesmo diante da pouca preocupação de certos setores do país, que ocasionaram outras dificuldades no mesmo momento em que nós lutamos contra uma crise especulativa, apesar disso, com tranquilidade, nós superamos a crise especulativa. E aqueles que quiseram ganhar dinheiro com a avidez, não se preocupando em pensar nas conseqüências sobre a população do que teria sido a deterioração das condições de manutenção do Plano Real, estão hoje pagando um certo preço pela sua aventura especulativa. E esse preço ainda é pouco, diante da ameaça que organizaram, consciente ou inconscientemente, contra os interesses do país.

O fato de nós termos conseguido superar essa dificuldade ocasional mostra que o governo está atento, e porque o governo está atento o governo sabe também que nesse momento a batalha a travar é principalmente no plano fiscal. E nós vamos travá-la. Nós vamos travá-la porque nós todos sabemos que ou nós aumentamos a produtividade da nossa economia, e sobretudo do setor produtivo estatal, que tem um peso enorme na economia brasileira e que é responsabilidade direta nossa, dos aqui presentes, ou nós aumentamos a produtividade — repito — sem aumentar os gastos com pessoal, portanto aumentamos efetivamente a produtividade racionalizando mais as nossas decisões e o nosso processo produtivo, ou nós nos modernizamos mais ou a sociedade paga o preço de uma aparente facilidade que nós dermos hoje.

O Brasil não pode conviver com taxas de crescimento baixas, o Brasil não pode conviver, nem vai, com taxas de desemprego crescentes. Para isso,

nós temos que desde já tomar as medidas pertinentes. Essas medidas são de contenção. É preciso conter hoje para evitar que amanhã não haja nem contenção, mas desorganização, e que leve a uma queda geral da produtividade, uma queda geral das condições de crescimento da economia.

Nós temos que nos antecipar às conjunturas. E nós estamos nos antecipando o tempo todo. E o Brasil já está se acostumando a um estilo de governo que não é o estilo de governo que está sempre à beira da crise, mas é um estilo de governo que toma das medidas necessárias, no tempo oportuno, com tranquilidade, e explicando ao país e a cada um porque as está tomando.

Esta reunião desta manhã é a para que os senhores dirigentes das empresas estatais com os ministros das áreas pertinentes discutam as medidas que tomarão em suas empresas. Medidas que não implicam realmente em redução de gastos, para poder aumentar o investimen-

to no momento oportuno. Medidas que têm que ser vistas não isoladamente, de cada uma empresa de per si, mas que tem que ser vistas do contexto da economia nacional. Medidas que não podem ser pensadas em termos do bem estar dos funcionários e dos trabalhadores de uma empresa, mas do conjunto da população brasileira; que não podem ceder a ímpetus corporativistas que são fáceis de ser atendidos em algumas das empresas, mas que têm um custo alto para o resto da população.

Nós vamos tomar estas medidas. O presidente que aqui toma assento nesta cadeira hoje tem um longo percurso pessoal no trato com essas questões e da defesa do interesse popular, sabe distinguir perfeitamente o que é interesse realmente popular do que é interesse de pequenos grupos, e não tem medo de enfrentar os interesses de grupos privilegiados, quaisquer que eles sejam, desde que esteja convencido de que está agindo em função do interesse da maioria, do interesse popular. Eu disse isto no meu discurso de posse, que quando houvesse uma dúvida entre um setor privilegiado e a maioria, eu ficaria sempre com a maioria.

Pois bem, nós aqui, os senhores aqui dirigem setores que são setores que têm condições melhores do que a maioria da população brasileira. E é bom que assim seja. Mas, para que possa ser assim, de uma maneira conseqüente, as medidas tem que ser tomadas já.

Essa questão fiscal hoje é central para o programa de estabilização e, portanto, são essas medidas, da questão fiscal, que nós vamos discutir esta manhã aqui. O governo está empenhado em modificações estruturais no Brasil, está enviando ao Congresso algumas medidas nesta direção. Eu faço questão de insistir que eu não tolerarei que as empresas do governo traba-

lhem contra o governo, não tolerarei. Eu tenho certeza que contarei com o apoio dos diretores e presidentes dessas organizações, até porque se não estiverem agindo assim é porque não participam do governo, e terão as conseqüências imediatas naqueles que não têm solidariedade para com o governo. Quem participa de um governo participa de um caminho de dupla mão, tem a confiança do presidente mas também tem que ter a confiança no presidente. E isso será exercido com muita tranquilidade, mas com muita firmeza.

Eu não quero ver dinheiro público sendo usado para campanhas contra o governo. Eu não quero ver as empresas do governo subsidiado, direta ou indiretamente, campanhas contra aquela que é a posição do governo, governo que foi eleito, que leve o respaldo de 34 milhões de brasileiros, maioria absoluta, e que, ao fazer a campanha, disse o que faria. E, portanto, não é um cheque em branco, é uma determinação, é um mandato do povo para fazer as modificações que estão sendo feitas. Quem estiver contra elas está contra a maioria. E na democracia vige a regra da maioria.

O governo, ao apresentar as suas propostas de reforma ao Congresso, sabe que o Congresso é autônomo, soberano e exercerá sua soberania. E o governo, obviamente, respeitará a soberania do Congresso. O governo sabe perfeitamente que o Congresso modificará as suas propostas, e é bom que o faça. Mas o governo é uno, tem uma só palavra, pelos seus líderes, pelos seus ministros, pelo seu presidente. Não pode haver divisão no ponto de vista governamental. Pode haver é negociação entre o governo e as outras forças que compõem o Congresso Nacional, e haverá. Haverá, e não se faz uma modificação constitucional sem que haja a compreensão dos interesses diversos do país. Mas a diversidade do país não pode se espelhar dentro do comando do governo.

Então, estas questões, que podem parecer questões óbvias, neste momento precisam ser postas com muita clareza. Eu tenho confiança e tenho certeza de que os senhores que dirigem e que têm dirigido com tanta competência o setor produtivo estatal, setor esse que permitiu o Brasil crescer como cresceu. E quem fala aqui não tem nenhum preconceito anti-estatal nem anti-empresa produtiva do Estado, tem, isso sim, uma forte vinculação com os interesses nacionais e populares, e, portanto, quer ver esse setor produtivo cada vez mais ligado aos interesses nacionais e populares.

Eu tenho certeza de que os senhores que aqui estão nos ajudarão nesta fase do Brasil, até porque é um dever imperativo, eu diria até patriótico, com tantas possibilidades que nós temos. Ainda agora, não há dia que eu não receba alguém que vem me dizer que vai aumentar os investimentos no Brasil, não há dia. Com tantas possibilidades, com tanta autenticidade de crescimento, com tanta vontade desse povo de dar certo, a nossa responsabilidade é imensa. Eu tenho certeza de que nós teremos o valor, a fibra, a coragem de não ceder às facilidades e de fazer o que é necessário.

Termino dizendo uma frase que eu tenho dito no decorrer de todo o tempo que participo da política: não é a arte do possível, é a arte do necessário. O possível é fácil, mas nós temos que alargar as fronteiras do possível. E para alargá-las, nós temos que fazer o que é necessário. Agora vai ser necessário uma política muito coordenada, uma política firme e uma política de contenção, contenção para continuar crescendo. Não é contenção para provocar a recessão, é contenção para impedir que amanhã, queiramos ou não, sejamos todos engolfados numa situação que não apraz e não interessa a ninguém.

Temos tempo, vamos atuar. E eu quero agradecer a presença, exortá-los a que, junto com a vontade do povo desse país, se alinhem a essa grande tarefa de transformação do Brasil que nós estamos começando.

Eu pediria, então, agora que a imprensa nos permitisse trabalhar sozinhos, porque nós vamos entrar numa fase deliberativa. Muito obrigada aos senhores da imprensa.

NOSSO
GOVERNO
TOMA AS
MEDIDAS
NO
TEMPO
OPORTUNO